

EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 3º** Fica expressamente vedada a incidência de tributos, sejam impostos, taxas ou contribuições, sobre a utilização do Pix para transações financeiras entre pessoas físicas e jurídicas, independentemente da finalidade, salvo mediante lei complementar específica que justifique a necessidade de tributação exclusivamente para a preservação da segurança e estabilidade do sistema, desde que não resulte em qualquer encargo ao usuário final.

Parágrafo único. Qualquer proposta de tributação incidente sobre operações via Pix deverá obrigatoriamente ser instituída por lei complementar, previamente submetida a amplo debate público e aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional, observando rigorosamente o princípio da capacidade contributiva e o impacto sobre a inclusão financeira, vedando-se qualquer cobrança que onere o consumidor ou dificulte o acesso ao sistema de pagamentos eletrônicos.”

JUSTIFICAÇÃO

A modificação do artigo 3º da MPV 1.288/2025 visa garantir que o Pix continue sendo um meio de pagamento acessível e livre de tributações indevidas que possam comprometer sua popularidade e eficácia.

A nova redação reforça a proibição da incidência de impostos, taxas ou contribuições, ao mesmo tempo que estabelece regras claras para que qualquer tentativa de tributar essa modalidade de pagamento seja altamente regulamentada e submetida a amplo debate legislativo.

Sobre a questão, vale destacar as seguintes legislações e princípios já existentes, dentre eles:



Constituição Federal (Art. 150, Inciso I e IV): Estabelece a proibição da instituição de tributos que configurem confisco e impede a criação de impostos sem previsão legal específica.

Lei Complementar nº 95/1998: estabelece normas para a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, regulamentando o disposto no artigo 59, parágrafo único, da Constituição Federal.

No âmbito do direito tributário, a criação de tributos deve observar o princípio da legalidade previsto no artigo 150, inciso I, da Constituição, sendo necessária lei complementar apenas nos casos expressamente previstos, como nos impostos residuais (art. 154, I) e nos empréstimos compulsórios (art. 148).

Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966): Define os princípios da tributação, incluindo a legalidade tributária e a capacidade contributiva, evitando distorções que possam onerar desproporcionalmente os usuários do Pix.

Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD): Garante a privacidade e proteção dos dados financeiros dos usuários, evitando que informações sobre suas transações sejam utilizadas para fins tributários indevidos.

Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006): Estabelece tratamento diferenciado para pequenos empreendedores, impedindo que novas taxas sobre meios de pagamento eletrônico prejudiquem a atividade econômica dessas empresas.

Todavia, espera-se que ao lado da alteração legal sugerida, haja outras propostas de aprimoramento e proteção contra tributação indevida, tais como:

(i) **Exigência de Lei Complementar para Qualquer Tributação:** A nova redação do artigo 3º estabelece que qualquer tentativa de tributar o Pix deve ser feita exclusivamente por meio de lei complementar, garantindo um processo legislativo mais rigoroso e que exija amplo debate e aprovação por maioria absoluta do Congresso Nacional.

(ii) **Garantia da Inclusão Financeira:** Tributar o Pix poderia desestimular seu uso entre as populações de baixa renda e pequenas empresas.



Dessa forma, a proibição expressa de qualquer tributo que onere o usuário final garante a manutenção da acessibilidade da ferramenta.

(iii) Proteção Contra Tributação Indireta: A inclusão da vedação a encargos ocultos evita que instituições financeiras e órgãos reguladores criem taxas administrativas disfarçadas de custos operacionais.

(iv) Debate Público Obrigatório: Qualquer proposta de tributação deverá ser precedida de amplo debate público, permitindo que consumidores, comerciantes e especialistas possam discutir os impactos antes da aprovação de novas medidas.

(v) Vigilância Permanente pelo Banco Central: Recomenda-se que o Banco Central do Brasil, como regulador do sistema de pagamentos, crie mecanismos de monitoramento e relatoria periódica sobre possíveis tentativas de tributar o Pix, assegurando transparência e fiscalização sobre o tema.

(vi) Análise de Impacto Econômico Antes de Qualquer Tributação: Antes da criação de qualquer tributo, o governo deve apresentar um estudo detalhado sobre os impactos da medida na economia digital, no comércio e na inclusão financeira da população.

Conclusão: A alteração do artigo 3º da MPV 1.288/2025 é essencial para preservar a gratuidade do Pix e proteger milhões de brasileiros contra tentativas de oneração indevida deste meio de pagamento.

Ao reforçar a exigência de lei complementar e submeter qualquer proposta de tributação a um processo rigoroso e transparente, evita-se que o Pix perca sua função social e econômica, garantindo que continue sendo uma ferramenta inclusiva e eficiente no mercado financeiro brasileiro, razões pelas quais peço o apoio de meus nobres pares para o acolhimento da presente Emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

